

EDUCAÇÃO E LIBERTAÇÃO: O ENSINO RELIGIOSO À LUZ DO PENSAMENTO DE MANOEL BOMFIM E PAULO FREIRE

EDUCATION AND LIBERATION: RELIGIOUS EDUCATION IN THE LIGHT OF THE THINKING OF MANOEL BOMFIM AND PAULO FREIRE

BORGES, Ângela Cristina¹

¹Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do Curso de Ciências da Religião da Universidade Estadual de Montes Claros/MG.

² RODRIGUES-SOBRAL, Monique Machado.

²Mestre em Neurociências pela Universidade Federal Fluminense. Graduanda do Curso de Ciências da Religião da Universidade Estadual de Montes Claros/MG.

³ COSTA, Jamily Ferreira.

³Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros/MG.

RESUMO

O presente trabalho busca abordar o pensamento de Manoel Bomfim, em sua obra *América Latina: males de origem* (2008), onde este autor empreende reflexão sobre o colonialismo e a educação na América Latina. Ensaia aproximá-lo ao pensamento de Paulo Freire, na medida em que também defendia uma educação popular libertária. Para tanto, foi realizada uma análise bibliográfica de estudos que poderiam tratar do colonialismo na América Latina, de estudos que se acercam da concepção de educação proposta por Manoel Bomfim e Paulo Freire e, trabalhos sobre o Ensino Religioso enquanto componente curricular capaz de iluminar alteridades. Um e outro, Bomfim e Freire, em seu tempo e contexto histórico, apostaram na educação como libertação.

Palavras-chave: Colonialismo. Manoel Bomfim. Paulo Freire. Educação.

ABSTRACT

The present paper seeks to approach the educational thought of Manoel Bomfim, in his work *América Latina: mals de origin* (2008), where this author undertakes a reflection on colonialism and education in Latin America. It tries to bring it closer to Paulo Freire's thought, insofar as he also defended a popular education. To this end, a bibliographical analysis of studies that could deal with colonialism in Latin America, studies that approach the conception of education proposed by Manoel Bomfim and Paulo Freire, and works on Religious Education as a curricular component capable of illuminating otherness was carried out. Both Bomfim and Freire, in their time and historical context, bet on education as liberation.

Keywords: Colonialism. Manoel Bomfim. Paulo Freire. Education.

INTRODUÇÃO

Em *América Latina: males de origem* (2008), Manoel Bomfim empreende uma crítica ao colonialismo na América Latina, bem como à sua permanência. Propõe a educação popular como instrumento para superação dos males herdados do colonialismo o que, ao nosso olhar, muito se aproxima à concepção de educação libertária que Paulo Freire nos apresenta na *Pedagogia do Oprimido* (1987).

Manoel Bomfim, bem como Paulo Freire, foram personagens importantes na educação brasileira e dedicaram parte de seus estudos a essa temática. No entanto, dado o fato do primeiro ser pouco conhecido nos estudos em torno da educação, bem como os estudos que o reconhecem como crítico ao colonialismo serem incipientes, neste texto, o “rebelde esquecido” (AGUIAR, 2000) será o protagonista.

Em *América Latina: males de origem* (2008), Manoel Bomfim desenvolve o conceito de parasitismo social, utilizando-o como chave para a compreensão da exploração colonial na América Latina e para justificar as causas do atraso técnico, cultural, econômico e intelectual neste continente em comparação aos países europeus e os Estados Unidos.

A permanência do parasitismo, afirma o autor, somente poderia ser “curado” via uma educação popular. Décadas após, na Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire propunha a educação como libertação do oprimido frente às imposições do opressor. Neste texto, consideramos como opressão desinteligências a exemplo da intolerância religiosa e, a não observância da diversidade cultural-religiosa.

Essas são temáticas da disciplina Ensino Religioso que, ao nosso olhar, tal como previsto no texto da BNCC (2018), intercultural, pode ser uma ferramenta libertadora como apregoa Paulo Freire e sugere Manoel Bomfim.

CONTEXTUALIZAÇÃO: QUEM FOI MANOEL BOMFIM E PAULO FREIRE

Manoel Bomfim (1868-1932), nascido em Aracaju/SE era professor, médico, psicólogo, pedagogo, sociólogo, historiador, intelectual brasileiro e autor de vários livros. Manoel Bomfim estudou em Paris no final de século XX e inspirado pela leitura de Walter Bagehot (1826-1877), escreveu *América Latina: males de origem*. Ainda em Paris uma teve contato “as mais recentes tendências da antropologia”. (Uemori, 2008), Bomfim é lembrado por ter sido:

Um autor relegado por muito tempo, pela crítica dirigida à classe dominante brasileira, por ter se constituído em uma exceção no meio intelectual de sua época ao se opor radicalmente contra a ideia que relacionava o “atraso” econômico, social e político do Brasil à constituição mestiça da população e por ter enxergado que as nossas mazelas

socioeconômicas tinham a ver com a forma como se deu a colonização portuguesa caracterizada pelo parasitismo ibérico e a herança nefasta que esta legou e que impedia a transformação do país. Percorrendo sua obra dedicada à História do Brasil, percebemos uma trajetória intelectual cheia de nuances, de idiosincrasias, mas em três aspectos o pensamento de Bomfim permaneceu inalterado: o sentimento nacionalista, a recusa em aceitar a teoria racial que inferiorizava os não-brancos (UEMORI, 2008).

Embora as várias profissões de Manoel Bomfim, ele dedicou grande parte da sua vida à educação e valorização do saber científico, para ele, segundo Gontijo (2003, p. 131) “o conhecimento científico seria o ideal para curar os males sociais e avançar rumo ao progresso, [...]. Da ciência derivaria o progresso, tanto material quanto intelectual”.

Em 1902, Manoel Bomfim escreveu o seu livro *América Latina: males de origem*, que tem como ideia principal:

a causa dos males a que tais sociedades estavam sujeitas era o regime de parasitismo que lhes tinha sido imposto e sob o qual viviam desde a implantação do sistema de colonização de que foram vítimas. A metáfora usada pelo autor como fio articulador de toda a rede de sua análise é referida diretamente ao modelo do parasitismo biológico, ou seja, ao regime pelo qual um organismo passa a viver à custa de um outro, explorando o e sugando-lhe as forças e os alimentos (KROPF, 1996).

Paulo Freire (1921-1997), nascido em Recife/PE, foi educador e filósofo que deixou uma contribuição para a pedagogia nacional e internacional. Trouxe temas de extrema importância, como a educação emancipatória de formação dos seres humanos.

“Patrono da educação brasileira, Freire foi contemplado com 48 títulos de Doutor *Honoris Causa*, entre outras honrarias de universidades e organizações nacionais e estrangeiras” (RODRIGUES, 2022, P. 21). Um dos livros mais discutidos e conhecidos do autor é a pedagogia do oprimido, que o próprio autor o descreveu como:

O livro tem 4 capítulos. No primeiro, analiso a consciência oprimida e a opressora constituindo-se na realidade objetiva. Estudo-as em sua dialeticidade e coloco a questão da

superação da contradição entre elas, de que nasce o homem novo - não mais opressor, não mais oprimido - homem libertando-se. No segundo, apresento e critico os fundamentos do que venho chamando de concepção “bancária” da educação, que transformando a consciência dos homens numa espécie de panela, vai enchendo-a com depósitos que são falso saber. Esta é a educação que, “castrando” a essência do ser da consciência - sua intencionalidade, serve à opressão. Em seguida, descrevo o que me parece ser a educação como prática de liberdade [...]. No terceiro, trato da dialogicidade na educação, [...] que implica o conhecimento do pensar do povo, referido ao mundo, em cujas relações dialéticas vamos encontrar o que chamo de “temas geradores”. [...] No último capítulo, o maior em número de páginas, analiso [...] as teorias da ação que nasceram das matrizes dialógica e antidialógica (MISOCZKY *apud* FREIRE, 2004, p. 221-222).

Esse mesmo livro está na categoria dos cem livros mais requisitados por universidades de língua inglesa, e é a mais citada mundialmente na área de educação e a terceira em trabalhos de ciências humanas, à frente de autores como Karl Marx e Michel Foucault, segundo dados do Google Scholar (RODRIGUES, 2022, P. 21).

Freire acreditava fortemente em uma educação libertadora, ele acreditava que a finalidade da formação acadêmica, segundo Oliveira Et al (2008, p. 09) é a “emancipação intelectual e a produção da liberdade dos sujeitos. Como atividade relacional desses, a liberdade põe-se em movimento, sendo processo de libertação em relação ao condicionamento histórico, social, político, ideológico e cultural”. Mediante a sua postura como educador e suas ideias libertárias, durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), Freire viveu exilado por 16 anos, nesse período, deu aula na Universidade de Harvard, trabalho por 10 anos em Genebra, no Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e visitou vários países africanos (RODRIGUES, 2022, P. 25).

Ambos os autores trouxeram contribuições importantes para o pensamento intelectual brasileiro e internacional, no que diz respeito a educação, libertação e sistema colonial, e logo podemos nos dias atuais, utilizar as suas contribuições na prática do Ensino Religioso nas escolas.

Tabela 1: Principais características dos autores Manoel Bomfim e Paulo Freire:

Manoel Bomfim	Paulo Freire
Nascido em 1868	Nascido em 1921
Estudou um período em Paris	Estudou no Brasil
Da ciência deriva o progresso, tanto material quanto intelectual.	Educação Libertária: libertação em relação ao condicionamento histórico, social, político, ideológico e cultural
Principal Conceito: parasitismo	Principal Conceito: oprimido
Criticava: colonialismo na América Latina	Criticava: opressão colonial.
Atuou: no Império e início da República.	Atuou: na ditadura militar em diante

Fonte: as autoras, 2023.

ARTICULAÇÃO COLONIALISMO, EDUCAÇÃO E ENSINO RELIGIOSO

Para articulação colonialismo, educação e Ensino Religioso como libertação se coloca como nosso subsídio teórico os autores: Manoel Bomfim (2008), Paulo Freire (1968) e os cientistas da religião Cristina Borges e Paulo Nogueira (2020). O primeiro, em sua crítica ao colonialismo na América Latina percebe esse sistema como um aparelho de exploração parasitária. Entre outras questões, o autor levanta a temática racial que, atualmente, é tão cara ao Ensino Religioso que entre outras funções se direciona à diminuição da intolerância religiosa. Como Bomfim, Paulo Freire acreditava na educação popular. Para ele, a educação liberta o oprimido das teias e amarras do opressor detentor do capital e do poder. Entendemos a intolerância religiosa como uma das teias do opressor. Os autores supracitados, Cristina Borges e Paulo Nogueira nos trazem a contribuição que a:

A intolerância religiosa é o não reconhecimento da diversidade, a não aceitação das múltiplas visões de mundo. É uma forma de opressão estimulada pela ideia de superioridade que se expressa na estereotipação do outro religioso. Isso produziu passados e se

faz presente para milhões de pessoas e milhares de povos. E teima em se manter no futuro através de elites seculares, desumanas e apegadas à manutenção do seu poder colonizador. (BORGES et al, 2020, p. 22).

Em *América Latina. Males de Origem (2008)*, Manoel Bomfim busca no passado da América Latina as causas dos males atuais que, para ele, foram herdados das nações colonizadoras. Males provocados pelo sistema de exploração que denomina de parasitismo social. Sistema que, para ele, foi reproduzido pela educação, nos diz Bomfim (2008, p.19) “analisemos esse passado, e vejamos até que ponto por ele se explicam os vícios atuais, até que ponto tais vícios derivam da herança e educação recebida.”

Em outro contexto, Paulo Freire apresentava a educação como ferramenta de libertação da opressão “colonial” ainda presente neste país. Ele, em sua obra *Pedagogia do Oprimido (1987)*, ressalta a importância de uma educação libertadora. Destacava também dilema opressor - oprimido e, entendia que a educação é um meio revolucionário para a libertação.

No que lhes concerne, os cientistas da religião Cristina Borges e Paulo Agostinho Nogueira no texto *Entender o passado e falar do presente: aportes a um Ensino Religioso descolonizador e pós-colonial (2020)* percebe o Ensino Religioso como ferramenta política de libertação à medida que apostam no que reza o texto da BNCC sobre essa disciplina. Isto, na Interculturalidade e na Ética da Alteridade enquanto fundamentos epistemológicos e pedagógicos do Ensino Religioso. Os autores entendem a questão da interculturalidade como crítica, ou seja, como libertadora.

METODOLOGIA

Além do exposto como eixo teórico deste estudo, empreendemos pesquisas bibliográficas para termos uma percepção do estado da questão. Vale ressaltar que a fundamentação teórica aqui explícita procede de estudos das Ciências da Religião e da Educação.

Com o objetivo de fazer um levantamento de dados, foi realizado uma pesquisa no repositório de dados da Scielo, com a busca avançada com os termos: (ab:(Educação)) AND (ab:(Ensino Religioso)). Foram encontrados o total 34 artigos com os termos supracitados. Não foram encontrados na busca, artigos que articulassem

a educação libertária usando o pensamento de Manoel Bomfim e/ou Paulo Freire. Foi realizada uma nova busca avançada na biblioteca da CAPES com o resultado de 794 trabalhos com os mesmos termos já mencionados. Novamente não foram encontrados trabalhos que tratassem da educação libertaria o pensamento de Manoel Bomfim e Paulo Freire, mostrando o quanto é pouco relacionado esses 2 pensadores na academia, especialmente no que diz respeito ao Ensino Religioso.

Dessa forma, nos debruçamos nos textos citados acima: *A América Latina: males de origem (2008)* de Manoel Bomfim, *Pedagogia do Oprimido (1987)* de Paulo Freire e *Entender o passado e falar do presente: aportes a um Ensino Religioso descolonizador e pós-colonial (2020)* dos cientistas da religião Cristina Borges e Paulo Agostinho Nogueira Baptista.

Ainda, os artigos *Raça e educação: de Manoel Bomfim à Paulo Freire, uma leitura decolonial (2021)* da Cientista da Religião Cristina Borges e *O Ensino Religioso como práxis libertadora e De(s)colonial (2021)* de Maria de Fátima de Jesus, bem como o *documento da BNCC* no texto referente ao Ensino Religioso.

PARASITISMO SOCIAL E LIBERTAÇÃO PELA EDUCAÇÃO POPULAR

Parasitismo Social, segundo Manoel Bomfim é “viver às custas de iniquidades e extorsões”. É uma enfermidade que as nações latino-americanas herdaram das nações europeias durante o período colonial. Bomfim, portanto, reconhece que o presente na América Latina (Nosso autor escreveu em 1903) é o “resultado de ação do seu passado” (BOMFIM, 2008, p.18). Sobre os nossos males, nos diz ele que em todas as nações latino-americanas:

São absolutamente os mesmos - mais ou menos atenuados - em todas elas, e por outro lado, estes povos tiveram a mesma origem, formaram-se nas mesmas condições, foram educados pelos mesmos processos, e esses males eles os vêm sofrendo desde o primeiro momento. Pois, se os antecedentes são comuns, se os sintomas são os mesmos, se estes se continuam com aqueles - é bem natural que nestes antecedentes esteja a verdadeira causa. (BOMFIM, 2008, p.19)

O parasitismo social surge na América Latina pelo sistema colonial e é transmitido pela hereditariedade. Para ele,

O regime parasitário sob o qual nasceram e viveram as colônias da América do Sul influenciou naturalmente sobre o seu viver posterior, quando já emancipadas. Há no caráter das novas nacionalidades uma série de qualidades - vícios - que são o resultado imediato desse mesmo regime imposto pelas nações ibéricas. Essas qualidades traduzem a influência natural do parasita sobre o parasitado, influência constante, fatal mesmo, nos casos de parasitismo social, máxime quando o parasitado procede diretamente do parasita, quando é gerado e educado por ele. (BOMFIM, 2008, p.81)

Mas, nos deixa claro esse autor que o parasitismo leva à degeneração, pois “sempre que há uma classe ou uma agremiação parasitando sobre o trabalho de outra, aquela -o parasita - se enfraquece, decai, degenera, extingue-se. É fato reconhecido - e geralmente mal interpretado, mas em todo caso incontestável. “ (BOMFIM, 2008, p. 56).

E quando, a partir desse autor, pensamos que as elites latino-americanas herdaram esse sistema de exploração e que, são elas, as mesmas elites que controlam nossas instituições, como o Estado, entendemos que a degeneração se propaga a toda a população. O que legitima a seguinte afirmação: “a degenerescência é um processo que deve ser interrompido para o desaparecimento absoluto do parasitismo”. (BORGES, 2021, p.7). Nos diz Bomfim:

Recompor toda sua vida política, administrativa, econômica, social, intelectual; se não querer morrer estagnadas, mesquinhas e ridículas, têm que travar essa luta sistemática, direta, formal, consciente dirigida contra o passado, respeitando apenas a sociabilidade afetiva (BOMFIM, 2008, p.117).

Para sair desse cenário, portanto, segundo esse intelectual brasileiro deve-se primeiramente investir na educação pois “só há um caminho para chegar lá: a cultura da inteligência, a difusão da instrução; a propagação da ciência”. (BOMFIM, 2008, p.138). A educação seria uma ferramenta para “melhorar as condições de produção, instruir o trabalho, preparar a fixação de riquezas” (BOMFIM, 2008, p. 139). Mas, os go-

vernantes, pontua o pensador, não possuem interesse em proporcionar uma educação libertária, isto é, uma educação que curasse as nações latino-americanas da enfermidade que é o parasitismo. Uma vez empregada, seria um preparo para o progresso das futuras gerações. Investir na educação é apostar no “progresso econômico de todas as nações, hoje ricas e prósperas” (BOMFIM, 2008, p.139).

Dessa forma, o estado é grande responsável pela educação. Nos diz Bomfim:

Qual o dever do Estado-República? Mandar ensinar a ler e a escrever a esta população de analfabetos. Bem, há treze anos que existe a República, e, em todo esse tempo, nenhuma voz reclamou contra este absurdo, ninguém se ocupa do assunto. Quem quiser ter a impressão bem sensível dessa despreocupação, leia os relatórios dos ministros de Instrução Pública: nem uma palavra sobre instrução popular; mesmo quanto aos outros ramos de ensino, nem uma nota sobre o progresso da instrução em si; reformas, programas etc., tudo vem tratado sob o ponto de vista estritamente administrativo, sob o ponto de vista dos interesses privados do Estado. (BOMFIM, 2008, p.156)

O conceito de parasitismo social, desenvolvido por esse autor, pode-se dizer, se assemelha ao conceito de colonialidade do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) pois o sistema colonial, parasitário, deixou marcas na formação moral, cultural, econômica, social e política latino-americana:

Nações novas deveriam progredir como 100, enquanto as antigas e cultas progridem como 50; só assim lograriam alcançá-las e gozar todos os benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente (...) distanciam-se cada vez mais da civilização moderna. E todos sofreremos os efeitos deste retardamento. (...), no nosso caso, participando diretamente da civilização ocidental, pertencendo a ela, relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos, e sendo ao mesmo tempo dos mais atrasados, e por conseguinte dos mais fracos, somos forçosamente infelizes. Sofremos todos os males, desvantagens e ônus fatais às sociedades cultas, sem fruirmos quase nenhum dos benefícios com que o progresso tem suavizado a vida humana. Da civilização, só possuímos os encargos: nem paz, nem ordem, nem garantias políticas; nem justiça, nem ciência,

nem conforto, (...). (BOMFIM, 2008, p.16)

À luz desse autor, como vimos, a cura do parasitismo somente é possível através da educação popular, pois para ele o estado deve se ater “[...] necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar. [...] Aí está o remédio contra nosso atraso, contra a miséria geral” (BOMFIM, 2008, p. 329).

Ao salientar a importância de uma educação popular para cura/ emancipação do parasitismo, esse autor se aproxima da concepção de educação do grande estudioso Paulo Freire (1987) que ressalta essa como fonte de libertação das opressões impostas pelas elites à população. Para Freire, por meio da educação, o oprimido pode sair da condição de opressão. Condição essa que Bomfim em sua crítica ao colonialismo atribui ao sistema parasitário. Sobre uma pedagogia libertária, Paulo Freire nos diz que é necessária uma pedagogia sobre a educação que faça da opressão e de suas causas objetos da reflexão dos oprimidos, de onde resultará o seu engajamento necessário para lutar por sua libertação. (FREIRE, 1987, p.17). Tanto em Bomfim quanto em Freire, a educação deve levar o sujeito a desenvolver o senso crítico, a pensar, fazer questionamentos sobre sua história e seu estado de opressão, o que ao nosso olhar coloca a torna descolonizadora.

A autora Maria de Fátima de Jesus, nos mostra que o pensamento de Paulo Freire é inspiração para a prática da docência do Ensino Religioso no Brasil, uma vez que que ele traz a ideia da consciência crítica e emancipadora do ser, com especial ênfase ao diferente, servindo como inspiração para 3 competências existentes na BNCC:

1- Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.

2- Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.

3- Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz. (JESUS apud BRASIL, 2017, p. 437).

Nesse caso, a docência no Ensino Religioso

seria permeada por uma práxis libertadora. Práxis que proporciona o conhecimento e valorização de saberes tradicionais menos impactados pelo colonialismo e pelo imperialismo, a exemplo dos saberes indígenas e afro-brasileiros. Uma práxis libertadora também que favorece o diálogo inter-religioso em prol da construção de uma cultura da paz, cultura essa que acompanha as transformações da natureza, sem a sua depredação. A prática docente intercultural valoriza as diversas culturas, inclusive aquelas que sofrem discriminação, que carregam o peso da colonialidade. (JESUS, 2022, p. 5)

O ENSINO RELIGIOSO COMO FERRAMENTA DESCOLONIZADORA

Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987), salienta a importância do oprimido lutar contra o opressor presente em si mesmo. Uma luta contra o que Bomfim chama de degenerescência, isto é, contra o comprometimento de valores morais que inibiria no sujeito oprimido a impulsão à opressão. Para tanto, Freire ressalta a defesa de uma educação crítica:

Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelecer uma relação dialógica permanente. (FREIRE, 1987, p.77)

Direcionando nossa atenção para o Ensino Religioso, o previsto pela BNCC (2017) onde essa disciplina é compreendida como uma prática docente não confessional, intercultural e importante para a ética da abordagem das diferentes religiões (JESUS, et al, 2021) é importante pensar nessa disciplina em dimensão popular, como nos aponta Manoel Bomfim, e como libertador porquanto deve ter, como coloca a BNCC, a interculturalidade e a ética da alteridade como fundamentos teórico e pedagógico. Um Instrumento libertário como defende Paulo Freire.

Nessa perspectiva, o Ensino Religioso se destacaria como práxis descolonizadora que visa desenvolver o senso crítico dos indivíduos, em prol de posturas e ações interculturais. A interculturalidade como defende Raúl Fornet Betancourt (2001; 2004), isto é,

não como uma posição teórica ou como um

diálogo entre culturas ou tradições filosóficas, mas como uma “posição” ou “disposição”, um “modo de vida”. (...). Se trata de uma atitude que abre o ser humano em direção a um processo de reaprendizagem, realocação cultural e contextual, que por nos tirar de nossas certezas teóricas e práticas, nos permite perceber o analfabetismo cultural que nós somos culpados quando acreditamos que uma cultura é suficiente e a única apropriada para ler e interpretar o mundo. (BETANCOURT apud SCHNORR, 2019, p.12).

Nessa perspectiva, a interculturalidade é libertadora, pois no Ensino Religioso não se reduziria a um diálogo funcional entre culturas, mas seria ferramenta que estabeleceria simetrias entre as diversas culturas religiosas, inclusive, entre as presentes em sala de aula através dos alunos. Intercultural, o ER se orienta na contramão da intolerância religiosa que segundo Borges e Baptista:

é expressão da permanência de laços coloniais na contemporaneidade e possui caráter funcional à medida que reforça hierarquias entre pessoas, comunidades, religiões e, conseqüentemente, projetos de poder globais de cunho colonial moderno. (BORGES et al, 2020,p.2).

A simetria entre as diversas culturas religiosas, regida por um professor de Ensino Religioso de viés inter-libertador, é prática política como apregoa Paulo Freire que pode combater o sistema parasitário presente na nossa sociedade e, porque não dizer, em nossas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos de educação propostos por Manoel Bomfim e Paulo Freire como visto, em certa medida, se assemelham. Podem ser ferramentas de superação do colonialismo (colonialidades, parasitismos) ainda presente nas sociedades latino-americanas, em especial neste texto, a brasileira. Uma educação inter-libertadora, isto é, intercultural e libertária, teria a função política de lutar por uma sociedade que valorizasse as ações educacionais, sobretudo a educação popular, que *desparasitasse* mentes e intelectos a ponto de tornar possível uma consciência com vistas à paz e integração com a natureza. Uma educação que, certamente, iria contra as várias formas de opressão, dominação e parasitismos.

Nessa perspectiva, é possível inserir o Ensino Religioso. Uma disciplina que trabalharia em prol do diálogo intercultural, contribuindo para o desenvolvimento do senso crítico com vistas a desfazer pensamentos e ações parasitárias como o racismo religioso que radica na intolerância religiosa. A interculturalidade, como fundamento teórico e pedagógico nesse componente curricular, nos moldes dados pela BNCC, acreditamos, pode promover libertações enquanto desenvolvimento de uma consciência crítica frente à diversidade cultural-religiosa.

Enfim, vislumbramos a aproximação entre Manoel Bomfim e Paulo Freire no que se refere à necessidade de uma educação libertária. A interculturalidade é, indiretamente, uma crítica ao colonialismo nos moldes de Bomfim, pois no sistema parasitário não há possibilidade de diálogo, de trocas interculturais. A interculturalidade é libertadora, uma vez que contribui para o desenvolvimento de consciências críticas e fomenta a prática da alteridade e o reconhecimento da riqueza das diferenças culturais. Entre essas, as religiosas.

Mais estudos referentes a temática se mostram necessárias para aumentar o subsidiar o referencial teórico das duas áreas de atuação: educação e Ensino religioso.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Brasília: Dep. de Sociologia/UnB, 1997, tese de doutorado. Publicado no Rio de Janeiro pela Topbooks, 2000.

BOMFIM, Manoel José. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de pesquisas Sociais, 2008.

BORGES, Cristina; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. **Entender o passado e falar do presente: aportes a um Ensino Religioso descolonizador e pós-colonial**. Numen - revista de estudos e pesquisa da religião. V.23, n.2, p. 21 -38, 2020.

BORGES, Cristina. **Raça e educação: De Manoel Bomfim à Paulo Freire, uma leitura decolonial**. Revista Desenvolvimento Social, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 71-87, 2021. DOI: 10.46551/issn-2179-6807v27n2p71-87.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 15 julh. 2022.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Transformación intercultural de la filosofía latino-americana: ejercicios teóricos y prácticos de la filosofía intercultural en el contexto de la globalización.** Desclée de Brouwer, 2001.

_____. **Filosofar para nuestro tiempo en clave intercultural.** Wissenschaftsverlag Mainz, Aachen, 2004a.

_____. **Interculturalidade, críticas, diálogos e perspectivas.** São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. Ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim: “pensador da história”** na Primeira República. Dossiê Rev. Bras. Hist. 23 (45), Jul 2003.

JESUS, Maria de Fátima Vieira Santos de. **Ciências da Religião e Educação: O Ensino Religioso como práxis libertadora e De(s)colonial.** Anais do UAI PET. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/5uaipet/434072-ciencias-da-religiao-e-educacao-o-ensino-religioso-como-praxis-libertadora-e-de\(s\)colonial/](https://www.even3.com.br/anais/5uaipet/434072-ciencias-da-religiao-e-educacao-o-ensino-religioso-como-praxis-libertadora-e-de(s)colonial/). Acesso em: 15 julh. 2022.

KROPF, Simone Petraglia. **Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: Vozes Dissonantes aos horizontes do progresso.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, III (1), 80-98 Mar.-Jun. 1996.

MISOCZKY, Maria Ceci. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: Pedagogos do Anticolonialismo.** REA, Rev. eletrôn. adm. 28 (03), Sep-Dec 2022.

OLIVEIRA, Damião Bezerra; SOUZA, Izan Rodrigues de; ABREU Fortunato Waldir Ferreira de. **Aproximações entre Paulo Freire e Theodor Adorno em torno da educação emancipatória.** Educ. Pesqui. 48, 2022.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 16. Julho de 2022.

RODRIGUES, Robson **DOSSIÊ: Amado por muitos, odiado por tantos. Quem foi Paulo Freire?** Revista de Jornalismo científico da Universidade de Brasília. DARCY | OUTUBRO DE 2021 A JANEIRO DE 2022. Disponível em: https://revistadarcy.unb.br/images/PDF/edicao26/dossie_1.pdf. Acesso em outubro de 2022.

SCHNORR, Giselle Moura. **Inéditos Viáveis: Dialogicidade, Interculturalidade e Liberdade.** Revista do NESEF V. 8 - N. 1 - JAN./JUL, 2019.

UEMORI, Celso Noboru. **Darwin por Manoel Bomfim.** Dossiê: Darwinismo. Rev. Bras. Hist. 28 (56), 2008.